

O desenvolvimento, que, temos de reconhecer, é grande, foi feito à custa da inflação, e ela minou os vencimentos, os salários. A situação é de miserabilidade para os que recebem esolpêndios abaixo de 30 mil cruzeiros — e esses constituem a maioria do povo brasileiro.

Fica, pois, meu apêlo ao Primeiro Secretário da Câmara, aos líderes dos diversos blocos e bancadas, no sentido de que o projeto de equiparação de vencimentos tenha o rápido andamento que a situação de miserabilidade dos servidores civis da União exige. (Muito bem).

**O SR. BRENO SILVEIRA:**

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o panorama que nos apresenta o resultado do pleito no Estado da Guanabara vem confirmar tudo aquilo que tivemos ocasião de prever nesta tribuna.

A direção do PSD guanabarrino, tendo a frente o Sr. Amaral Peixoto, insistindo na candidatura fantecho do seu candidato, nosso companheiro Deputado Mendes de Moraes, vem virtualmente apresentar-nos aquilo que esperavamos, certo é, que, pela divisão, talvez tivéssemos surpresas, embora ainda reste a esperança de que, com as urnas das subúrbios e da zona rural, o nosso candidato, este grande vulto que polarizou a opinião pública sãda do Estado da Guanabara, o Deputado Sérgio Magalhães, ainda venha a ser o vencedor, talvez até na batalha judicial.

Os resultados apresentados pela imprensa, rádio e televisão — ainda ontem o nosso candidato dava nota oficial a respeito — são computados exclusivamente pelos fiscais da União Democrática Nacional. Estamos aguardando os resultados oficiais, que vão sendo publicados no *Diário Oficial*, para, então, darmos definitivamente o nosso pensamento.

Já que apontei um dos responsáveis pela nossa derrota, quero, neste momento, indicar talvez o principal, o eminente Governador Sette Câmara, que, com seu secretariado, inclusive seus assistentes, os famosos *playboys* requisitados do Ministério das Relações Exteriores, consules recém-nomeados, sem qualquer experiência política ou administrativa, forjaram uma máquina que favoreceu intensamente não os candidatos do Governo, mas as obras imprescindíveis aos subúrbios e à zona rural, mas, principalmente, os candidatos reconhecidamente jantistas, que faziam suas campanhas sem nenhuma orientação no que diz respeito ao plano nacional e muito menos, aos candidatos do Governo no plano regional.

Desejo congratular-me com o povo cariocá que, conscientemente, votou em Sérgio Magalhães, e dizer-lhe do nosso agradecimento, principalmente aos cidadãos do Partido Socialista Brasileiro, que lutaram, como nos, e aos do Partido Trabalhista Brasileiro, como também aos elementos de outros partidos e grupos nacionalistas da esquerda, que, sem rádio, sem televisão, sem, enfim, base financeira que lhes proporcionasse campanha de maior envergadura, lutando contra tudo e contra todos, conseguiram essa expressiva manifestação consistente de um eleitorado. A nosso ver, se amanhã perdermos por poucos votos, isso será uma vitória positiva do regime democrático, e, principalmente, da consciência política do povo guanabarrino.

Aproveito a oportunidade de estar na tribuna para, já que se fala em paridade de vencimentos dos funcionários civis e dos militares, renovar solicitação de desta tribuna já dirigidas tantas vezes à Mesa, no sentido de que faça justiça na própria Casa, concedendo a paridade dos vencimentos dos nossos funcionários com os dos funcionários do Senado. Advirto

aquêles que integram esta Mesa que estão prestes os entendimentos políticos para formação da futura Mesa e acham-se profundamente marcados aquêles que estão faltando com o compromisso assumido perante os Deputados e o próprio funcionalismo da Casa.

Ainda aguardamos que a palavra empenhada seja cumprida, no menor prazo possível, para que os servidores da Câmara dos Deputados tenham os mesmos direitos e as mesmas vantagens que os do Senado Federal. (Muito bem).

**O SR. HAMILTON NOGUEIRA:**

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, no dia 23 de janeiro de 1950, tive oportunidade de reafirmar ao Senado da República as minhas convicções democráticas, confessando a minha derrota eleitoral. Foi aquela vez a última que assomei à tribuna da Câmara Alta da Nação.

Hoje, Sr. Presidente, com a vitória retumbante do Sr. Jânio Quadros, mas, sobretudo, com a vitória da democracia, volto a reafirmar, cada vez com mais convicção, a confiança no regime que estamos formando. Não houve vencedores nem derrotados (muito bem), porquanto só é digno da democracia quem corre o risco da democracia. Nenhum dos eminentes brasileiros que concorreram à Presidência da República pôde considerarse derrotado. Se há homens que tiveram a coragem de enfrentar uma eleição, verificou-se a vitória, digamos, do princípio genuinamente democrático.

Fêz-se afirmado que houve dissolução aos partidos, que os partidos perderam sua personalidade. Mas é preciso verificar o que constitui um partido dentro do regime democrático. O característico do nosso regime é o mandato popular. Na Constituição de 45, nós mesmos que a elaboramos, afirmamos: "Nos representantes do povo brasileiro..." É o povo brasileiro quem elege, quem escolhe. E essa eleição foi a demonstração da maturidade cívica do povo brasileiro. É verdade que o partido tem sua importância. Mas partido é a condição, não a estância da democracia. Não vejo, portanto, absolutamente, a derrota dos partidos. Agora, o que é necessário é que, na estruturação dos partidos, existam sistemas filosóficos e doutrinários, porque a verdade verdadeira — desculpem-me a redundância — é que basta observar o nome dos nossos partidos democráticos para se verificar que são quase iguais. Não temos doutrinas filosóficas, não temos sistema econômico a defender. A não ser o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Libertador, um com o regime econômico e outro com regime político, os demais são partidos que vagamente defendem os princípios democráticos.

Assim, o sentido deste pleito é o da vitória e da consolidação do regime democrático no Brasil. É e nesse sentido que nós, que apoiamos o candidato vitorioso, conclamamos todos a trabalharem para a grandeza do Brasil. Não é hora de estarmos retaliando os adversários, espeznhando os que combatemos e combateram heróicamente e também saíram vitoriosos, porque souberam defender seus ideais. Triste é quando há traição ao espírito, e não acredito que tenha havido traição ao espírito, porque temos confiança no Brasil.

Reafirmando a vitória do Sr. Jânio Quadros, tenho a certeza de que ele dará ao povo brasileiro aquilo de que tem necessidade: paz e prosperidade econômica, a fim de que possa sobreviver.

É nesse sentido que faço o mesmo apêlo dos meus nobres colegas que me antecederam — o meu velho amigo

Breno da Silveira e o nobre Deputado Gurgel do Amaral; há necessidade urgente de votarmos a lei da paridade de vencimentos, como também é preciso ter coragem de afirmar, enfrentando toda a tendência capitalista, que o proletariado precisa ser reajustado. Não se pode mais viver com esse salário mínimo. (Muito bem)

Ainda ontem, conversando com o Bispo Jorge Mafrá, afirmava ele que o nosso trabalhador ganha muito pouco, de maneira que não pode haver, num regime livre, um voto livre com a miséria do povo. Temos, pois, de trabalhar para que se dê um novo salário mínimo aos trabalhadores do Brasil. (Muito bem. Palmas)

**O SR. PEDRO VIDIGAL:**

(Para uma comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que não se deve comentar e nem se deve discutir o resultado das últimas eleições.

Devamos, Sr. Presidente, é aceitá-lo como a real expressão da vontade popular, como muito bem salientou o nosso nobre colega Deputado Hamilton Nogueira. Venceu o povo, venceu, sem dúvida alguma, a democracia. Nenhum partido saiu vitorioso nas urnas eis o que é preciso salientar na oportunidade. Quanto ao Sr. Jânio Quadros, o seu prestígio e a sua sedução pessoais, poderosamente auxiliados pelo Governador Carvalho Pinto e pela maioria do povo paulista, muito contribuíram para seu triunfo eleitoral. Devemos, a esta altura, e pedir a Deus abençoe os passos e os trabalhos do futuro Presidente da República, a fim de que possa corresponder à confiança do povo que o elegeu, que o escolheu; para que corresponda não somente à confiança que o povo depositou nele mas, principalmente, à que ele despertou no povo.

Traz-me a esta tribuna não apenas a necessidade de fazer este primeiro pronunciamento, mas ainda o desejo de oferecer reparo a palavras aqui pronunciadas, de crítica e de censura aos pessadistas de Minas Gerais. É preciso distinguir, nobre e prezado Deputado Sr. Miguel Bahury, meu fraternal amigo...

O Sr. Miguel Bahury — Apenas condenei os que traíram, jamais os que foram fiéis a seu partido e a sua consciência.

O SR. PEDRO VIDIGAL — É preciso distinguir, entre os pessadistas, aqueles que, apesar de divergentes do PSD, falsamente interpretam a vontade dos seus correligionários e traem os companheiros. Dir-se-ia que a traição é o seu pão de cada dia. Eu mesmo, nesta Casa, apartei o nobre Deputado Fernando Santana, pedindo a atenção de S. Ex.ª para os traidores que integram a Comissão Executiva de meu partido. Citei, então, casos de traição havidos no passado.

Sr. Presidente, a vitória do Senhor Jânio Quadros em todo o Brasil foi tão expressiva, tão eloquente, que não podemos debilitá-la à falência ou à traição do Partido Social Democrático. Posso falar com autoridade, porque, em dez dos doze Municípios que chefiou no Vale do Rio Doce, dei vitória a nossos candidatos. O fato é que os chefes do PSD de Minas Gerais e de outros Estados não tiveram pulso para conter seu eleitorado, no ímpeto com que muitos de nossos companheiros, seduzidos ou não — este não é o momento de apreciar o caso — caminharam para a candidatura do Sr. Jânio Quadros.

Não há tantos traidores assim dentro do PSD. Poderíamos até ocupá-los somente com os dedos das mãos.

Quería fazer este reparo à acusação aos pessadistas de Minas Gerais,

porque a maioria, na realidade, fez quanto estêve a seu alcance para dar a vitória ao Marechal Teixeira Lott. (Muito bem).

**IV — O SR. PRESIDENTE:**

Passa-se a primeira parte do grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Paulo de Tarso.

**O SR. PAULO DE TARSO:**

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, volta a Câmara a se reunir para recomear os trabalhos legislativos, cumprindo seu dever perante a Nação.

É desejável possamos ter número suficiente, em futuro próximo, para a votação de alguns projetos fundamentais, que aguardam pronunciamento da Casa. Poderia citar, entre outros, aquele que dispôs sobre os abusos do poder econômico e que deverá ser objeto de parecer conjunto das Comissões de Justiça e de Economia.

Como relator da matéria, na Comissão de Economia, tenho procurado, juntamente com o Deputado Pedro Aleixo, relator da Comissão de Justiça, encontrar a fórmula mais indicada para a boa solução legislativa de um problema que vem desafiando a inteligência, a capacidade de trabalho e poderia dizer — a coragem dos representantes do povo brasileiro, desde muitas legislaturas.

A fórmula aqui encontrada, do semi-recurso, na ocasião muito justamente louvada, porque permitiu aos deputados se dedicarem à campanha eleitoral sem que esta tribuna lhes deixasse de estar tranqüea, felizmente para a Nação não teve, durante a fase final da pugna eleitoral, maior consequência prática.

O pleito — todos os oradores de hoje e todos aqueles que vêm comentando a eleição são unânimes em afirmar — foi dos mais democráticos, se não o mais democrático da história da República. A vantagem, portanto do semi-recurso, que seria a de permitir o debate na Câmara, se se fizesse necessário, num instante de maior agitação e perturbação da ordem ou de conturbação dos espíritos, felizmente, como disse, não utilizada, ficou como testemunho da tranqüidade do pleito e, sobretudo, da educação democrática dos representantes do povo brasileiro de todo o eleitorado.

Não vou aqui dizer palavras proclamações de saudação aos adeptos de outras candidaturas, mas apenas salientar, em tudo isto, a uma vitória que tem sentido, perante a história política do País, superior ao da própria vitória do candidato eleito: refiro-me à vitória do regime democrático. Este sai consolidado da eleição.

Nunca um candidato recebeu do povo brasileiro tamanha demonstração de confiança. Nunca adeptos de outra candidatura se portaram com tal dignidade, com tal elevação política. Jamais campanha tão árdua transcorreu em ambiente tão tranqüilo. Assim, antes de afirmar que há um candidato vitorioso — o Sr. Jânio Quadros, posso afirmar, pelo, com a concordância dos Ilustres Srs. Deputados presentes, que vitorioso é, sobretudo, o regime democrático.

O Sr. Pedro Vidigal — V. Ex.ª não discorda de mim aparte, espero. Sou vitorioso o regime democrático, não tanto das últimas eleições. Sou vitorioso, sim, Sr. Deputado, o regime democrático — por que não dizer alto e bom som, esta verdade? neste Governo abençoado do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, abençoado por Deus e pelo povo brasileiro.

O SR. PAULO DE TARSO — Nobre Sr. Deputado, ao concordar com as referências elogiosas que V. Exa. fez à atuação do Governo Federal nesta sessão, estou apenas reiterando as várias manifestações que fiz, desta tribuna e pela imprensa, no mesmo sentido. Realmente, o Sr. Presidente da República, embora manifestando sua preferência, do homem de partido, por uma das candidaturas, soube preservar a dignidade de seu cargo e soube assim situar-se num plano que justifica o respeito unânime que a Nação hoje lhe tributa.

Chego a afirmar que o Presidente da República deveria realmente ir a Assembleia Geral da ONU para colhe-la os louros de sua atuação tão digna aqui em nosso país.

O resultado do pleito, aceito com tamanha educação política por todos os homens e responsabilidade deste país e a tranquilidade da disputa concorrencial, sem dúvida, para elevar o prestígio internacional do Brasil. Num instante de tantas apreensões, num instante em que muitos descrevem da eficiência do regime democrático, num momento em que muitos afirmam não ser mais possível o funcionamento normal do regime democrático, tal como o entendemos, o Brasil dá ao mundo a demonstração de que, apesar de todo o subdesenvolvimento econômico, apesar de toda a miséria, que atinge parcelas tão substanciais da nossa população, é possível realizar um pleito normal, que realmente consagra a efetiva preferência popular.

Não concordo absolutamente com os que afirmam que os partidos sairiam derrotados deste pleito. Mas sou obrigado a concordar em que eles precisam tirar da eleição um proveito, precisam aproveitar a lição do pleito, porque a verdade é que há uma tendência no sentido de tornar mais direta a democracia entre nós; entre o eleitor e o eleito tende a diminuir o número dos intermediários. O povo não recorre mais ao líder regional, não recorre tanto aos partidos políticos. Vem preferindo, ele próprio, tomar sua decisão, fixar seus rumos. Se os partidos políticos não compreenderem esse dado, fundamental, poderão realmente perder a possibilidade de realmente sobreviver. E isto seria mais que lamentável, porque funesto para o regime democrático. Os partidos devem nesta hora rezar um confiteor, reconhecer que em virtude de suas próprias omissões, o povo está prescindindo da orientação dos líderes partidários para fixar diretamente seus próprios rumos.

Acho que os partidos políticos precisam adquirir o hábito de falar ao povo fora das épocas eleitorais, de discutir com o povo os problemas nacionais e procurar encontrar soluções realmente ligadas ao bem comum. Precisamos mostrar ao povo que ele não é lembrado apenas na hora que vai decidir da sorte dos políticos, mas também fora dos períodos eleitorais, por ser a riqueza fundamental do País, o valor que supera todos os demais, de vez que, como valor humano, tem uma densidade espiritual que ninguém pode, em sua consciência, negar. Esse povo não pode ser considerado apenas como eleitorado. Os partidos não se podem dirigir ao cidadão apenas enquanto eleitor. Há necessidade de se dirigir a ele não apenas pleiteando preferência, indicando nomes, mas apontando soluções, debatendo problemas, a fim de que se compreenda que através da atuação dos partidos o próprio interesse do povo está sendo resguardado e seus problemas tendo suas soluções encaminhadas.

O Sr. Hamilton Prado — Acho que também têm os partidos concorrido para essa perda de prestígio junto às massas, através de uma negação de atitudes em ocasiões oportunas. Temos visto, em pleitos sucessivos, a hesitação dos partidos no que diz respeito à escolha de seus candidatos, e as-

sim permanecerem por longo período indecisos em relação às propostas do pleito, de forma a deixar seus correligionários indecisos e, conseqüentemente, dispostos a procurar em por si o candidato que lhes devia ser indicado pelos partidos oportunamente, com grande antecedência, após uma escolha criteriosa. Esse erro, de certa forma, tem tirado dos partidos a direção dos resultados dos pleitos eleitorais.

O SR. PAULO DE TARSO — V. Exa. tem razão. Um certo alheamento ou — para usar expressão muito ao gosto dos marxistas — uma certa "alienação" dos partidos em face da realidade nacional, é um dos dados fundamentais nessa análise do resultado do pleito e das conseqüências que dele vão advir para os partidos políticos. Creio que o Brasil não poderá fugir à tendência universal de se organizar a opinião pública mais em torno de ideias que de pessoas. Acho que nossos partidos são ainda muito mais organizados em torno de pessoas que de ideias. Creio que daqui para a frente há de se intensificar o esforço que uns poucos vêm fazendo para colocar nossas organizações político-partidárias num plano realmente ideológico.

Creio que não vamos poder fugir ao debate universal em torno do choque que hoje se verifica entre o socialismo e o capitalismo, como sistemas que disputam as preferências da humanidade, cada qual querendo sustentar a própria capacidade de resolver os problemas mundiais. Acho que esse debate vai marcar a vida de nossas agremiações partidárias nos próximos anos de vida política do país. E creio que os que não se dispuserem a participar desse debate serão colocados à margem de nossa vida política.

Não estarei dizendo novidade ao afirmar que o sistema capitalista, que tem como valor central o lucro, está sendo superado, se já não foi superado; está, pelo menos, fadado a destruição. Não podemos aceitar que a economia funcione para o lucro. Já a esta altura todos são unânimes em concordar com a análise que o movimento da economia humanista faz do regime capitalista para concluir que o centro da economia deve ser o homem, com suas necessidades e seus problemas. Por outro lado, o socialismo, que, de certo modo, consegue resolver o problema da injustiça social — precisamos ter a coragem de afirmar isto — e que está, realmente, revelando uma eficiência que ninguém, querendo ver com olhos isentos a realidade política mundial, pode negar, tem sido levado, para realizar a justiça social, a negar aspectos fundamentais das liberdades individuais.

Incluo-me entre os que pensam que é possível encontrar uma terceira posição, capaz de realizar a justiça social que o socialismo vem procurando garantir, sem negar a liberdade que o capitalismo diz defender.

Precisamos ter a coragem de afirmar que a liberdade política capaz de justificar inclusive o sacrifício dos que têm responsabilidade política num país que ganha projeção internacional cada vez maior, como o nosso não é a liberdade do liberalismo, a liberdade do comodismo burguês, mas aquela liberdade que é uma vitória sobre o egoísmo, é a consagração dos direitos individuais, sem negar a liberdade econômica; sem negar o direito que o homem tem de viver a salvo da miséria.

Incluo-me entre os que pensam que é um privilégio, ser representante do povo brasileiro num instante tão importante da vida da Nação, tão denso de sentido para o futuro de nosso País. É um privilégio ser integrante do Congresso Nacional nesta hora e confio em que o futuro governo, respeitando a independência do Poder Legislativo, estenda suas mãos aos representantes do povo para que, unidos todos em torno de um mesmo ideal

comum, possam promover a prosperidade econômica da Nação, que requeira da Providência riquezas suficientes para que nenhum brasileiro viva na miséria.

Se esse potencial econômico for dinamizado, se regiões do País hoje fora da comunidade nacional forem realmente integradas na Federação, estaremos caminhando para o destino que a Providência traçou para o País.

A eleição, foi um capítulo na história da República; um instante na vida democrática. Esse instante está passando. A hora é de congraçamento, sem abdicação de convicções e de cor político-partidária. A hora é de esforço comum, para resolver os problemas que aí estão, a fim de que o povo volte a acreditar no regime. Na medida em que o regime consegue resolver os problemas populares, o povo faz sua a causa do regime. Se o regime não se preocupa com a solução desses problemas, o povo se divorcia da sorte do regime, e estão abertas as portas para todas as aventuras. Felizmente, o interesse do povo pelo atual pleito foi uma demonstração concreta de que ele ainda acredita no regime, em sua eficiência, em sua capacidade para resolver os problemas populares.

O Sr. Celso Braut — Deputado Paulo de Tarso, V. Exa. fixa muito bem o problema que é fundamental para o nosso tempo, entre socialismo e capitalismo. Há duas espécies conhecidas de economia: a economia capitalista, cuja finalidade é o lucro, e a economia socialista, cuja característica é o bem comum, e a utilidade geral. De fato, nesse dilema nos encontramos. Com relação à liberdade, parece-me que não é problema essencial a qualquer dessas teses. A tese contra a liberdade é aquela segundo a qual a liberdade não pode ser utilizada em determinado momento porque os detentores dos privilégios não abrem mão deles a não ser forçados por medidas excepcionais. Se colocarmos em liberdade o cordeiro e o leão, este acabará com o cordeiro. De maneira que em toda essa ideologia socialista — e sabe V. Exa. que há centenas de concepções de socialismo — não há qualquer negação de liberdade. Acredita-se que a liberdade é um estágio posterior a ser conquistado.

O próprio Karl Marx defende até a liberdade de imprensa, como fundamental. Vai mais além, dizendo que, dentro da concepção socialista, no seu último estágio, o Estado não terá razão de existir. Não haverá, pois, sanções. Teríamos, assim, uma liberdade completa, integral. Acho que V. Exa., colocando a tese como o faz, não deve chamar a atenção para a liberdade, porque valoriza algo que consideramos como uma fase passageira da conquista socialista no mundo.

O SR. PAULO DE TARSO — Se V. Exa. prestou atenção às minhas palavras iniciais — e estou certo de que o fez, pelo que muito lhe sou grato — há de ter percebido que procurei situar-me numa terceira posição face ao dilema socialismo-capitalismo, mostrando que é possível realizar a justiça social sem negar a liberdade. Para que não houvesse confusão, fiz questão de salientar que a liberdade defendida pelos democratas-cristãos é a vitória sobre o egoísmo, não a liberdade do liberalismo, que consagra privilégios de uns poucos em face da miséria da maioria.

Agora, para complementar minha explicação, gostaria de lembrar a V. Exa. que esta terceira posição, que parte realmente de uma visão cristã da política, procura mostrar que todos os homens devem ser proprietários, por exemplo, porque a propriedade é uma garantia da liberdade, inerente a cada homem. Se no regime capitalista proprietários, são uns poucos, os defensores do poder econômico, os privilegiados, no regime socialista proprietário é um só, o Es-

tado. Quanto ao problema da liberdade, que V. Exa. sustenta não vem nesta fase, importância tão grande gostaria de ponderar que os húngaros, por exemplo, não têm facilidade para concordar com esse ponto de vista. A experiência histórica vivida pela Hungria, ainda recentemente, é uma demonstração que dispensa comentários e desautoriza qualquer contestação no sentido de que realmente o regime socialista ainda tem na força um de seus principais componentes.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Permite V. Exa. que o meu primeiro reparo seja para a Mesa que já — talvez numa previsão daquilo que alguns vislumbram no governo que vem por aí — começa a interromper o diálogo democrático, inclusive suprimindo um dos microfones desta Casa.

O SR. PAULO DE TARSO — Vê V. Exa. que a Mesa suprimiu o microfone da direita não da esquerda.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Isto nos obriga a vir a esse microfone, que deverá ser de hoje em diante do futuro governo.

O SR. PRESIDENTE: (Geraldo Guedes, 4º Secretário) — Realmente, quando assumimos a Presidência, há poucos instantes, verificamos que faltava um microfone lateral. Imediatamente tomamos providências para que não deixasse de ser ouvida a voz da Maioria, que será a Minoria depois, inclusive a de V. Exa., um dos seus mais eminentes líderes.

O Sr. Miguel Bahury — Não apoiado! A Maioria não se converterá em Minoria.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Verifico que o pessimismo reinante sobre a fidelidade partidária no País contagiou até o nobre representante da Mesa. Não me falo ao pensamento de V. Exa. Em nome daqueles que aqui ficarão para manter o diálogo democrático, na oposição ao futuro Governo, quero fazer um reparo ao brilhante discurso de V. Exa. em que apela para um congraçamento. Não há por que qualquer congraçamento. Vamos manter aqui o diálogo democrático. V. Exa., que foram os patronos da candidatura do Sr. Jânio Quadros, continuam a defender os ideais que defenderam na sua campanha e nós postularíamos aqui nossos ideais com os quais combatemos ao lado do nome honrado do Marechal Henrique Teixeira Lott. (Muito bem). Este é o serviço que o País exige dos

democratas. Esta é a atitude leal, corajosa e digna que a nação impõe aos parlamentares e partidos políticos. Vamos manter aqui, em relação ao futuro governo, os nossos ideais. V. Exa., vencedores do pleito, vão para o Governo e nós, que perdemos as eleições, vamos para a Oposição.

O SR. PAULO DE TARSO — Nobre Deputado, não fiz apelo à unidade. Pedi o congraçamento em torno do bem comum, porque não se pode fazer oposição ao bem comum.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Aos métodos de realizar o bem comum.

O SR. PAULO DE TARSO — Estou convencido de que o futuro Governo vai preocupar-se especialmente com soluções concretas para os problemas nacionais, encaminhando-os para o bem comum e apelando para um congraçamento, sempre que esse bem comum esteja em foco. Essa harmonia não é incompatível com a oposição.

Concordo com V. Exa. em que o debate não é apenas desejável, é indispensável. Estamos preparados para enfrentá-lo. Aliás, nunca fugimos ao debate durante toda a campanha. Realmente, francamente, aqui estivemos ao lado de V. Exa., fazendo o cortejo das nossas ideias, que concordaram, entre si, muitas vezes, como

multas vezes concordaram as idéias de nossos candidatos.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> que é errado afirmar-se ter sido derrotado, do pleito, o nacionalismo, como tendência ideológica. Ninguém terá coragem de afirmar que o nacionalismo foi derrotado, nem mesmo os líderes do nacionalismo entre nós. Digo nem mesmo esses líderes, porque espero não continue havendo um desejo exclusivista na defesa dos postulados nacionalistas. Que haja rigor nessa defesa, mas que não haja exclusivismo na seleção daqueles que se dispõem a defender idéias nacionalistas.

Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que todos os candidatos, de um modo ou de outro, defendem o ideal nacionalista.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Não apoiado.

O SR. PAULO DE TARSO — Vossa Excelência poderá — conheço o pensamento de V. Exa. — divergir subjetivamente da sinceridade de um ou de outro candidato, mas não poderia negar o fato incontrovertido de que todos sustentaram o ideal nacionalista, todos se manifestaram a favor da Petrobrás, todos se manifestaram pela defesa intransigente de nossas riquezas básicas.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Não apoiado! Não divergi, do ponto de vista subjetivo; divergi, em runção de atitudes claras e inequívocas. O candidato de V. Exa., levado ao poder numa vitória eleitoral quase sem precedentes expressão perfeita do descentramento popular, teve posições radicais antinacionais do nacionalismo brasileiro. Não temos por que procurar, este fato. S. Exa. sustentou, até bem pouco, que esse nacionalismo tinha os piores defeitos e os piores resultados na vida pública do País. Não será depois da vitória que Sua Excelência haverá de mudar; pelo contrário, deve persistir nessas idéias, uma vez que elas lhe asseguraram a maioria do eleitorado.

O SR. PAULO DE TARSO — Nobre colega, as manifestações dos candidatos foram publicadas pela imprensa e estão aí para serem analisadas. Através das emissoras de rádio e de televisão, muitos dos pronunciamentos foram gravados. Assim, teremos oportunidade outras de voltar ao assunto e mostrar concretamente como os ideais nacionalistas foram defendidos pelos vários candidatos, inclusive — eu até diria, com a permissão de V. Exa. — e principalmente pelo candidato eleito.

Veja V. Exa.: o nobre Marechal Teixeira Lott, em dado instante de sua campanha, sustentou algumas idéias que desagradaram os integrantes da Frente Nacionalista que o aplaudiram com tanta lealdade e com tanto espírito de luta.

O Sr. Jânio Quadros teve a apoiar o homem cuja folha de serviços prestados à causa nacionalista entre nós não pode ser colocada em dúvida. Citaria o nobre Deputado Seixas Dória, o nobre Deputado Gabriel Passos e poderia citar outros muitos.

A verdade é que o povo brasileiro, ao se definir pelo Sr. Jânio Quadros, definiu-se por todos aqueles ideais de cunho eminentemente nacionalista que informaram seu programa de candidato.

V. Exa. não interessado em preservar o nacionalismo entre nós como corpo de idéias, como conjunto doutrinário, não tem razões, creio eu, para divergir dessa conclusão.

O Sr. Celso Brant — Deputado Paulo de Tarso, parece que o que houve em tudo isto foi uma diversidade na maneira de se expressar dos vários candidatos. V. Exa. se refere, por exemplo, ao Deputado Jânio Quadros, que, segundo o "Correio da Manhã", teria dito que o nacionalismo era uma farsa e uma mistificação. Mas, de ra-

to, seu programa e sua pregação defendem vários pontos fundamentais da nossa pregação. O que acho e que V. Exa. que o apóiam — e V. Excelência citou aí vários Deputados da Frente Parlamentar Nacionalista — estão na obrigação de nos ajudar agora a fazer cumprir esses compromissos. Porque não será por estarmos na oposição ou na situação que deixaremos de aplaudir aquela pregação de cunho nacionalista, aqueles atos efetivamente do interesse do País. E não será pelo fato de estarem, como é o caso de V. Exa. e vários outros companheiros da Frente Parlamentar Nacionalista, apoiando esse candidato, que deixarão de negar a ele o seu apoio naquilo em que contrariar as suas pregaçãoes nacionalistas.

O SR. PAULO DE TARSO — O que ha entre nós é ainda muita confusão quanto ao alcance da expressão nacionalismo. Muitos cingem a estrutura lógica da expressão e fazem com que no dorso dela caminhem idéias que nada têm que ver com a essência do pensamento nacionalista. A dificuldade é muito mais terminológica do que ideológica. Há, por exemplo, os que falam a expressão ao nazismo, ao fascismo, numa evidente confusão sob o ponto de vista histórico, porque se o fascismo e o nazismo jogaram com o nacionalismo, isso não impede que atualmente o nacionalismo ganhe uma feição nova, mais de acordo com a realidade que aí está. Creio que num debate sobre nacionalismo a primeira luse deve ser sempre um esforço para que os contendoras se ponham de acordo quanto ao alcance terminológico da expressão. Houve, neste pleito, muita confusão terminológica em torno das idéias nacionalistas. Acho que essa confusão deve ser situada muito mais no plano, digamos, da linguagem, ou no plano propriamente da terminologia, que no plano da ideologia.

O Sr. Pedro Vidigal — Estou no meio daqueles que acham que o nacionalismo não elege ninguém neste País. Nacionalismo não é privilégio de partidos e nem é privilégio de certos indivíduos. Já foi dito e repetido nesta Casa — e essa é uma grande verdade: nacionalismo é um estado de espírito. Tanto pode ser seu, Senhor Deputado, como ser meu. E, muitas vezes, há mais nacionalismo no meio do povo simples do interior do Brasil do que no meio de alguns intelectuais que se presumem nacionalistas de corpo inteiro. A tese nacionalista tanto foi abordada pelo meu candidato, Marechal Teixeira Lott, como pelo seu, Deputado Jânio Quadros, e ambos quase perderam seu tempo. E' preciso que se diga: essa tese não teve grande repercussão no meio do povo. O povo dá certo valor a nacionalistas, mas não muito valor. Se nacionalismo elege alguém, o Deputado Dagoberto Sales seria o mais votado de São Paulo. Os nacionalistas que estão nesta Casa não foram eleitos por serem nacionalistas. Pergunte ao Deputado Celso Brant que foi que o trouxe evictórico para esta Casa, se foi o nacionalismo; pergunte aos Deputados Ultimo de Carvalho e Bento Gonçalves que foi que os elegeu. Não foi o nacionalismo! Penso, portanto, que permitindo V. Exa. este debate nos oferece oportunidade para discutir um assunto que a maioria do eleitorado brasileiro ainda não leva a sério e que não leva candidato algum à vitória.

O SR. PAULO DE TARSO — Se V. Exa. me permite, não posso concordar com a parte final das palavras de V. Exa. Acho que nacionalismo pode não elege, mas o antinacionalismo derrota. Esta, a distinção que faço. Se alguém sustentasse no atual pleito a conveniência da extinção da Petrobrás; a necessidade de permitir-se, por exemplo, que uma parcela do território nacional fosse cedida a uma nação estrangeira que aqui estabelecesse uma colônia; se alguém susten-

tasse que em Fernando Noronha deveria funcionar existindo uma base militar muito mais nitida que a atualmente existente; se alguém sustentasse que os nossos minerais atômicos deveriam ser exportados sem qualquer controle, se alguém sustentasse a inteira liberdade para a renessa de dividendos de qualquer grupo econômico; se alguém tivesse a coragem de sustentar uma plena liberdade para a atuação dos trustes internacionais, entre nós, seria fragorosamente derrotado, porque, eu insisto, o nacionalismo pode não elege mas o antinacionalismo derrota. E a verdade é que nenhum dos candidatos assumiu em sua pregação uma atitude antinacionalista. Houve nuances no pensamento deles, mas essas nuances, a meu ver, não afetam a essência do pensamento nacionalista, que caracterizou a atual campanha.

Quanto ao fato de nobres representantes da Frente Nacionalista nesta Casa, como o ilustre Deputado Dagoberto Sales, não terem sido reeleitos, permito-me dar minha interpretação do fato, pedindo especialmente a atenção dos nobres Deputados da Frente Nacionalista. Acho que o nacionalismo no Brasil precisa encetar um programa mais intenso de pregação doutrinária, fora da época das eleições.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Mas não fazemos outra coisa até hoje.

O SR. PAULO DE TARSO — Se me permite, vou terminar meu pensamento. Não apenas os partidos políticos devem evitar o vício de procurar o povo nas vésperas da eleição, porque o cidadão eleito é muito mais prevenido, muito mais desconfiado — já foi lúdico, ludibriado muitas vezes e tem uma certa defesa desenvolvida através de muitos pleitos contra as pregaçãoes eleitorais. Acredito que a Frente Nacionalista há de se interessar, daqui para a frente, especialmente, pela pregação do ideal nacionalista fora das épocas eleitorais. E quero, humildemente, colocar-me, assim, na linha do voluntariado para ajudar essa defesa na sua parte substancial, porque o debate nesta Câmara tem mostrado que minhas divergências essenciais com os principais membros da Frente Parlamentar Nacionalista nesta Casa são acidentais. Essencialmente, estamos de acordo, e creio que caminharemos juntos para essa pregação doutrinária em torno da importância que o ideal nacionalista assume para a Nação. Essa pregação não existiu, nobre Deputado Osvaldo Lima Filho, pelo menos na escala conveniente, na quantidade necessária...

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Mas como poderia existir, se a grande imprensa no Brasil está toda ela a sôdo dos trustes internacionais? Como conseguir divulgar o pensamento nacionalista no Brasil, se ele se faz através de periódicos de vida difícil precária, que não chegam as mãos do povo? V. Exa. imagina um estado de coisas que não é compatível com a realidade. O que desejamos afirmar a V. Exa. é que nós, nacionalistas, somos conscientes de que nossa pregação não alcançou ainda a maioria do povo brasileiro, e só dificilmente chegará a ele, porque estamos lutando dentro de uma Nação subordinada a economia estrangeira, na periferia do capitalismo, sofrendo todos os efeitos da dominação estrangeira, que se estabelece no País e que, ignominiosamente, é verdade, mas se exerce, desvirtuando a vontade popular, ludibriando o povo, através do rádio, do cinema, da televisão e da grande imprensa, que, na maioria dos casos, está a sôdo desse capital que desenvolve aqui suas atividades contra os interesses nacionais. Acredito, como V. Exa., que o nacionalismo não foi objeto de divisão essencial. E não foi, inclusive, porque, ao lado da candidatura nacionalista do Marechal Lott, militavam forças reacionárias, como essa aqui representada no aparte do

Deputado Pedro Vidigal, que demonstra ignorância total do pensamento nacionalista, a ponto de dizer que todos somos nacionalistas. S. Excelência se colocou como nacionalista, colocou o Sr. Carlos Lacerda como nacionalista, o Sr. Assis Chateaubriand como nacionalista. Há uma definição, uma incompreensão total do movimento nacionalista no aparte de S. Exa. E isto é que demonstra como não foi possível estabelecer o debate eleitoral em torno do ideal nacionalista, porque do nosso lado militavam forças altamente conservadoras, representativas do capital nacional, desse capital que está subordinado aos trustes estrangeiros e que, como tal, adota as idéias, o pensamento e a ação política que convêm a manutenção do *status quo* de dominação do capital estrangeiro no País.

O SR. PAULO DE TARSO — Vossa Excelência, ao salientar o poderio das forças antinacionalistas, não vai querer tirar disso a conclusão de que os nacionalistas não devem lutar.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — E' claro.

O SR. PAULO DE TARSO — Se as forças antinacionalistas são poderosas é indispensável a luta pela realização do ideal nacionalista, mesmo porque essas forças adversárias continuam existindo nos períodos eleitorais.

Assim, há toda a conveniência em que a luta nacionalista se trave fora desses períodos, porque, se essas forças são poderosas fora das horas eleitorais, ganham um poderio que às vezes se torna ainda mais evidente no período eleitoral.

V. Exa. faz uma classificação a priori da imprensa nacional que terá de ser objeto de novos debates.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Não é minha a classificação, e sim desta Casa, através das conclusões de uma comissão de inquérito que chegou a resultados que V. Exa. conhece e que são esclarecedores, demonstrando que a grande imprensa no Brasil está toda ela subsidiada pelo capital estrangeiro.

O SR. PAULO DE TARSO — Vossa Excelência não desconhece que há muitos de pregação democrática entre nós que podem e devem ser valorizados e a meu ver não o foram ainda suficientemente. Gostei mais do segundo aparte de V. Exa. do que do primeiro. O nobre Deputado Pedro Vidigal prestou ao humilde orador esse serviço. Fez com que V. Exa. reconhecesse a identidade que existe entre a posição que sustento e a que é por V. Exa. sustentada, pelo menos em muitos pontos fundamentais. Concedo o aparte ao nobre colega Hamilton Prado.

O Sr. Hamilton Prado — Prezado colega, francamente, estava interessado em intervir na defesa do Deputado Pedro Vidigal, justificando a conceituação que emitiu no sentido da pequena influência que a defesa do nacionalismo pode ter no plano eleitoral.

Vou, porém, evitar a discussão de um assunto que evidentemente deverá ficar para outra oportunidade, porque me parece que V. Ex.<sup>a</sup> se está desviando do ponto fundamental da sua exposição, muito interessante aliás, e me tem um outro objetivo, porque, quando V. Ex.<sup>a</sup> assinalou a distinção entre as forças capitalistas e as socialistas, incidiu, a meu ver, num pequeno erro, ao afirmar que essa distinção se baseava no problema da luta pelo lucro. A mim me parece que o principal problema surge no momento da distribuição desse lucro, pois mesmo no regime socialista, quando se fazem os investimentos, ou a aplicação dos recursos de que disporá a nação, e o custeio da produção sempre se objetiva o lucro. A distinção surge no momento

da distribuição: no regime capitalista, mesmo para os capitulados, no passo que no regime socialista vai para o Estado. Nesse ponto, dizia V. Ex.<sup>a</sup>, com toda a segurança e procedência, que o que importa e naver realmente uma compreensão mais nítida do problema na órbita política superior, pouca ou o governo que vamos ter pela frente e um governo que se adicione principalmente na tese que chegava o bem-estar geral, isto é, na tese da melhor distribuição dos lucros, coisa que não tem estado até agora na preocupação dos governos, porque, quando se pensa em desenvolvimento, se pensa e se continua pensando que o desenvolvimento deve ser feito à outrance. À custa da concentração de todos os recursos disponíveis do Estado, não se inclinando se o desenvolvimento alcançado com esses recursos assegurara melhor distribuição dos lucros. Era a observação que desejava fazer, esperando a complementação do pensamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. PAULO DE TARSO — Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>. Apenas gostaria de salientar que, quando falio em lucro para caracterizar o regime capitalista, estou jogando com a noção tal como ela existe neste regime. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que no regime capitalista o lucro tem uma destinação certa, única, que V. Ex.<sup>a</sup> mesmo esclareceu. Assim, na medida em que o lucro passe a ser distribuído por todos os que integram a comunidade humana, que é a empresa — mesmo porque para nós, democratas cristãos, ela não é apenas uma entidade econômica, mas uma comunidade humana — no instante em que esta distribuição se opere de fato, já estaremos saindo do regime capitalista para outra solução qualquer. Quando falio em lucro, quero referir-me a ele, tal como se verifica concretamente, existencialmente, no regime capitalista.

Acho que não se fez ainda no mundo o esforço necessário para se encontrar a terceira posição no choque nacionalismo-socialismo.

O Sr. Hamilton Prado — Esse esforço já existe no mundo.

O SR. PAULO DE TARSO — V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão. Digo que não existe o esforço necessário, suficientemente expressivo, suficientemente concretizado, para uma terceira posição, que de sentido a toda luta da democracia cristã. Espero que as tentativas esboçadas, entre as, venham a ganhar grande importância no futuro político do País, porque aqueles que fizeram a campanha do Sr. Jânio Quadros estão realmente competentes, como se pode perceber pelo debate havido durante a campanha, da necessidade de se encontrar essa terceira posição. Na medida em que ela vier a ser encontrada, não apenas estará encaminhado o bem comum do País, como também se estará dando contribuição à própria causa da Humanidade.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — V. Ex.<sup>a</sup> labora em equivoco, ao dizer que os que defendem a candidatura do Sr. Jânio Quadros sustentam a necessidade dessa terceira posição. Indagaria de V. Ex.<sup>a</sup> se isso é apenas opinião do Sr. Carlos Lacerda ou, porventura, a opinião predominante no seio da União Democrática Nacional? Creio que não.

O SR. PAULO DE TARSO — O nobre Deputado Carlos Lacerda...

O Sr. Oswaldo Lima Filho — V. Ex.<sup>a</sup>, no caso, estará isolado.

O SR. PAULO DE TARSO — Antes de tomar posse do cargo de Governador da Guanabara, terá certamente oportunidade de ocupar novamente esta tribuna para defender suas idéias.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — V. Ex.<sup>a</sup> fala por todos?

O SR. PAULO DE TARSO — Vou explicar-me. Quando digo — os que defendem a campanha do Senhor Jânio Quadros — quero referir-me aqueles que foram intérpretes do pensamento fundamental da campanha, num ou noutro instante. Não aqui a particularizações pessoais.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Então, o Sr. Carlos Lacerda não foi o representante desse pensamento fundamental?

O SR. PAULO DE TARSO — V. Ex.<sup>a</sup> atendendo a conselho do Deputado Aurélio Vianna, que tem tanta simpatia pelo Sr. Carlos Lacerda... deu esse aparte. Mas quero dizer que o Sr. Carlos Lacerda, algumas vezes...

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Eu me sentiria honrado como veículo...

O SR. PAULO DE TARSO — V. Ex.<sup>a</sup> não vai querer confundir seu nobre colega que ocupa a tribuna.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Seria impossível.

O SR. PAULO DE TARSO — V. Ex.<sup>a</sup> sabe que não é impossível, mas não seria caridoso da parte de V. Ex.<sup>a</sup> tal procedimento.

O nobre Deputado Carlos Lacerda, como qualquer dos participantes da campanha Jânio Quadros, em alguns instantes expressou pensamentos fundamentais da campanha e, noutros, deve ter expressado pensamentos seus, como também eu, durante a luta, posso ter sustentado opiniões contidas na essência do pensamento que orientou o candidato e, em outras oportunidades, terei sustentado opiniões pessoais minhas. Quero referir-me ao pensamento fundamental da campanha. Este está rigorosamente de acordo com uma terceira posição, que vamos procurar explicitar. Aliás, ajudar, na execução de tal tarefa até o limite extremo de minhas forças.

O Sr. Waldir Pires — Nobre Deputado, desejo inicialmente congratular-me com a Casa e com V. Ex.<sup>a</sup> pelo seu brilhante discurso e pelas acrobacias mentais de sua inteligência para justificar posições um tanto antinômicas, mas de quem já está às vésperas de subir ao poder e exercer o Governo. Desejo, entretanto, fixar impressão pessoal discordante daquelas que ouvimos há pouco, não só do Padre Pedro Vidigal, como do nobre Deputado Hamilton Prado. A mim me parece que nunca neste País se discutiu, se debateu e se meditou tanto, numa campanha política, sobre nacionalismo, como nesta que acabamos de encerrar. A grande tese desta campanha foi o nacionalismo. No particular, concordo com V. Ex.<sup>a</sup>: os candidatos foram para a rua defendendo teses nacionalistas. Podemos divergir da lealdade deles, de sua sinceridade, até mesmo de uma posição correta em relação a comportamentos anteriores. Mas a grande verdade é que o povo votou crente de que estaria elegendo o chefe de um governo favorável às soluções nacionalistas.

O SR. PAULO DE TARSO — Intelectualmente de acordo com V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. Waldir Pires — Esta, a grande tese de nosso tempo. Nacionalismo não é, como ouvi há pouco aqui, atitude espiritual, posição assim mais ou menos de consciência. Nacionalismo não é sequer patriotismo ou posição cívica. Não. Nacionalismo é atitude política, posição política, comportamento político, que estamos adotando e estão adotando todos os povos subdesenvolvidos do mundo como método, como processo de vencer o atraso. A revolução tecnológica não trouxe como resultado aquela amplitude que se esperou: a de que o mundo criasse determinados centros

dinâmicos de onde todos os bens necessários à comunidade partissem para o bem-estar das coletividades internacionais. Observamos, após, sobretudo, a primeira Grande Guerra que o capitalismo e a revolução tecnológica concentrariam esses centros dinâmicos e deles fizeram centros de imperialismo econômico. Assim, locais as nações para vencerem o atraso de subdesenvolvimento, estão adotando o nacionalismo político e o nacionalismo econômico como processo de luta, como método de luta, assim como atitude ao fim da qual haveremos, como todos os povos, de encontrar emancipação e libertação. Por isso esta campanha registrou a grande posição do povo brasileiro de acreditar nas soluções nacionalistas. O povo pode ter cometido equívoco, se o Presidente eleito não for fiel e leal aos compromissos assumidos nas praças públicas. Mas nós, os que fomos derrotados eleitoralmente nesta campanha, estaremos fazendo da tribuna do Congresso a estacada e lutaremos para que as teses nacionalistas, os processos nacionalistas, os objetivos nacionalistas sejam respeitados e, afinal, cumpridos. (Pausa).

O SR. PAULO DE TARSO — Muito obrigado ao nobre colega pelo brilhante aparte que me dá. Gostaria — já encaminhando o final desta exposição — de citar aqui expressões do Abade Pierre, líder tão corajoso contra a miséria, em defesa dos direitos humanos, sobretudo do proletariado. O Abade Pierre lembra que o mundo não está dividido em dois blocos — o do Oriente e o do Ocidente, mas em três — o do Oriente, o do Ocidente e o dos que vivem na miséria, bloco da miséria, que tanto existe no Oriente como no Ocidente. Procura lembrar que esse bloco é mais numeroso do que qualquer dos outros dois e que da sorte dele pende a sorte da própria humanidade.

Tenho a impressão de que o Brasil, sob a presidência de Jânio Quadros, deve procurar, sobretudo, o entendimento com esse bloco, o bloco dos que ainda estão lutando para superar a miséria, o subdesenvolvimento econômico, para aproveitar, em benefício da pessoa humana, as coisas que Deus criou para o homem e não para o lucro ou para o privilégio. Será certamente possível um entendimento nesta Casa, num plano ideológico, em torno de algumas posições fundamentais para o destino econômico da Nação. Esse debate há de encontrar unidos, nesta Casa, Deputados que defenderam uma ou outra candidatura, todos com os olhos voltados para o bem comum do País. E tenho a esperança, fundada em fatos concretos, de que também a Chefia do Executivo fará causa comum com aqueles que, no Congresso, hão de transformar a tribuna parlamentar em trincheira de luta para a conquista de melhores dias, mais tranquilos e mais prósperos para a população do Brasil.

O Sr. Pedro Vidigal — Porque tive de sair do plenário, Sr. Deputado, fiquei privado do prazer de ouvir o aparte que ao discurso de V. Ex.<sup>a</sup> foi dado pelo nosso nobre colega Oswaldo Lima Filho, líder do Partido Trabalhista Brasileiro. Voltando ao recinto desta Casa, tomei conhecimento dos termos com que ele criticou as minhas palavras aqui anteriormente pronunciadas. Volto a afirmar: nacionalismo não elege ninguém, como não elegeu nenhum desses nacionalistas que se acham no meio de nós, que tanto nacionalista é V. Ex.<sup>a</sup> quanto eu, tanto nacionalista é Lott como Gabriel Passos e que as teses que, na última campanha política, fascinaram o povo, entre elas não se acha a do nacionalismo. O povo, na sua quase totalidade, não entende a lin-

guagem acadêmica da tese nacionalista que é privilégio de certa elite estudiosa de nossos problemas econômicos. Pois bem, Sr. Deputado: continuo sustentando meu ponto de vista e sinto, na minha total ignorância, atestada pelo Sr. Oswaldo Lima, receber a lição de um mestre, de um professor como o Líder do P.T.B., que pode ter autoridade, mas para alguns adeptos do Partido Trabalhista Brasileiro. Certamente S. Ex.<sup>a</sup> não gostaria de ouvir ou receberia com maus modos esta afirmação: nacionalismo, como o entendo, é aquele que teve como precursor político no Brasil, nestes últimos tempos, o Líder do Partido Integralista, do Partido de Representação Popular — o Sr. Plínio Salgado. Nacionalismo, como o entendo, é o do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ambos definem o nacionalismo como um estado de espírito que não é privilégio de ninguém, mas de todos nós, que não é monopólio de lotistas nem de fanistas. Creio no nacionalismo que existe, Sr. Deputado — convém repeti-lo — muito mais inteiro, muito mais puro na ponta do dedo minúsculo de muitos analfabetos, de muitos operários que estão construindo a grandeza do Brasil, do que em muitos destes nacionalistas que presumem sê-lo de corpo inteiro. Não creio no nacionalismo de Oswaldo Lima que está muito longe, quase infinitamente distante do Senhor Assis Chateaubriand, cujas folhas de bons serviços prestados ao Brasil são, de verdade, numerosas.

O SR. PAULO DE TARSO — Nobre Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> respondeu, com sua intervenção, a algumas anteriores de nobres colegas desta Casa. Peço permissão para dispensar-me de comentários em torno de seu pronunciamento, mesmo porque já comentei seu aparte anterior.

Quero, apenas, finalizando, lembrar que esta exposição serviu para mostrar que a Casa está de acordo quanto a algumas teses fundamentais nesta fase final da campanha eleitoral: a de que o regime democrático salufo, falecido; a de que a campanha serviu para fortalecer a democracia entre nós; a de que a preferência do povo brasileiro nunca, noutra oportunidade, foi tão expressiva e tão clara; a de que o debate se deve travar mais em torno de idéias do que propriamente de pessoas, nesta Casa; a de que não se deve fazer oposição ao bem comum; a de que a eleição não foi um teste para o nacionalismo, mesmo porque as idéias nacionalistas informaram os programas de todos os candidatos; especialmente que é um privilégio ser representante do povo brasileiro nesta hora em que se joga, em termos definitivos, o futuro da Nação.

Termino, sem arroubos retóricos, fazendo votos sinceros no sentido de que esta Casa sempre esteja unida quando estiver em jogo o bem comum. Aqui estarei para defender o bem comum tal como procuro encará-lo sempre. Aqui estarei para defender a independência do Legislativo. Procurarei lutar para defender, na medida de minhas possibilidades, a harmonia do Poder Legislativo com o Executivo. Aqui estarei, como amigo pessoal, sem ódiava, do Presidente eleito, mas, sobretudo, como amigo do regime democrático, como amigo da verdade, como servidor fiel do povo de meu País, como homem preocupado em oferecer todo o seu esforço leal e sincero para construir uma futura pátria

grande e forte, em benefício do povo brasileiro. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

*Durante o discurso do Sr. Paulo de Tarso, o Sr. Geraldo Guedes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra o Sr. Lício Hauer. (*Pausa.*)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Salvador Lobo. (*Pausa.*)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Mário Benf. (*Pausa.*)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Fernando Santana. (*Pausa.*)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Paulo Mincarone. (*Pausa.*)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Edwaldo Flores. (*Pausa.*)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Coutinho Cavalcanti. (*Pausa.*)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Yukishigue Tamura. (*Pausa.*)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Arno Arnt.

**O SR. MIGUEL BAHURY:**

Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra o nobre Deputado.

**O SR. MIGUEL BAHURY:**

*(Para uma reclamação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, vivemos nesta Casa, durante quatro meses a fio, sem uma reclamação — V. Ex.ª é testemunha disto — a espera de renovação de ar neste recinto, à espera do ar condicionado. A situação era suportável, não só pela nossa obrigação de defender, com a intransigência com que o fizemos, a mudança da capital, tão útil ao desenvolvimento do País, como também porque compreendíamos que tal sacrifício era indispensável a essa mudança. Mas não se compreende que neste meio tempo, depois de quase 30 dias de recesso, não se tivesse cuidado para que essa instalação funcionasse com perfeição. Não cabe a V. Ex.ª a culpa, nem à Mesa, mas à Mesa e a V. Ex.ª cabe tomar providências que, no seu alto espírito, V. Ex.ª determinará para que imediatamente se corrija essa falha.*

**O SR. PRESIDENTE:**

*(Ranieri Mazzilli) — A Mesa providenciou e não descuro um só instante a respeito da instalação e do funcionamento do ar condicionado em todos os pontos onde há previsão para esse serviço. Está instalado ar condicionado na Casa. Já se encontra em fase de experiência, tanto assim que nas últimas sessões anteriores a este meio recesso tivemos o recato com esse conforto.*

Durante todo o período do meio recesso estive nesta Casa todas as semanas e acompanhei de perto as obras que podiam ter andamento, para mais urgente solução.

Informe a V. Ex.ª que já está em fase de experiência, como anteriormente, o serviço de refrigeração das dependências incluídas nesse plano de

bem-estar para os Srs. Deputados e o público em geral.

**O SR. MIGUEL BAHURY —** Agradeço a V. Ex.ª o esclarecimento, pedindo permissão para ponderar que não reclamei contra o desconforto e sim contra a falta de princípios básicos de higiene.

**O SE. HAMILTON PRADO:**  
*(Para uma reclamação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, minha reclamação diz respeito à falta de instalação, nas vizinhanças deste plenário, de um bebedouro que viria atender não apenas os parlamentares, que se vêm obrigados a descer para beber água, mas também é principalmente aos contínuos que fornecem água aos oradores quando na tribuna. (*Muito bem.*)*

**O SR. ARNO ARNT:**  
*(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é verdadeiramente com surpresa que ocupo a tribuna neste reinício de trabalhos legislativos.*

Houvera-me inscrito há poucos minutos para o Grande Expediente. O Presidente notou a presença deste Deputado e, correndo a lista, o solicitou para a tribuna. Escutei parte do discurso do Deputado Paulo de Tarso. Ouvi judiciosos apêntes ao seu discurso e, neste improviso, os poucos minutos que me restam para a atenção desta Casa vou usá-los.

Srs. Deputados, ouvimos falar muito em nacionalismo. Ouvimos mesmo o aparte do Deputado Pedro Vidigal referindo nesta Casa, uma vez mais, o que outros Deputados já houveram referido. É real e fato histórico. Não se pode mais contestar que o Partido de Representação Popular, herdando a Ideologia da Ação Integralista Brasileira, endossou plenamente os conceitos nacionalistas que enformavam aquela Ação Integralista Brasileira.

É belo, neste ano e tanto que estamos nesta Casa, presenciar, escutar e mesmo, às vezes, contar a votação de projetos e resoluções que têm eminentemente o espírito nacionalista. Nós, do PRP, nos sentimos satisfeitos que esta Casa esteja pensando em Nação-Brasil e não no geográfico Brasil somente. Continuemos assim. Mas uma coisa não cabe fazer e fazer imediatamente. Os Srs. Deputados Paulo de Tarso e seus apêntes, outra vez, como sempre se faz em nossa Pátria, desejam que tantas destas iniciativas nacionalistas sejam também continuadas ou encetadas pelo próximo Governo brasileiro. É bom que assim seja, porém usando o tempo, este tempo que não perdona a nada e a ninguém, porque esse nacionalismo tem razão de se afirmar tanto mais agora, para o bem dos próximos cinco anos de Governo brasileiro.

Srs. Deputados, é deplorável que eu disponha de tão poucos minutos e tenha vindo tão mal preparado, não trazendo o *dossier* que eu queria trazer — e ainda creio que poderei trazê-lo a esta Casa — em relação a um assunto eminentemente nacionalista e que é para a construção do nosso grande Brasil.

Srs. Deputados, nós vamos agora, neste final de outubro e em novembro, preocupar-nos com a tarefa principal, que é a fatura do Orçamento. E quem escutou os nobres colegas que me antecederam nos seus apêntes e nas suas orações vai ter a convicção exata de que nós não usaremos esse outubro e novembro de uma maneira nacionalista.

Temos de dotar o próximo Governo de recursos, não somente para que a Petrobrás instale sua promessa no Rio Grande do Sul. Esses recursos terão de ser dados por esta Casa, em honra do povo rio-grandense, porque também o povo mineiro julga que esses recursos lhe são meritórios.

Vamos ver como serão jogados os dados nesta Casa. Vamos ver se somos nacionalistas regionais ou se somos nacionalistas brasileiros. Será um ótimo teste de nacionalismo.

Mas, Srs. Deputados o teste mais importante desta Casa será no que tange ao novo Orçamento da República, em defesa da mais nacionalista das teses que podem passar por esta Casa: a de procurar resolver o problema da imensa maioria do povo brasileiro, na qual não deve somente prevalecer o miserável.

Pela oração do Deputado Paulo de Tarso, invocando idéias de um pensador francês, Abbé Pierre, de conceito universal, ele humilha demais a nossa Pátria e este Congresso.

Pala-se na terceira classe, na classe dos miseráveis, da miséria. Ora, disse bem Abbé Pierre: é interessante que aqueles totalitários do Oriente ainda não tenham podido fazer alguma coisa pela classe da miséria. Eles, que são os detentores do paraíso, no seu linguajar, que são os detentores da idéia nova, no seu proselitismo faccioso e hipócrita, nem eles salvam da miséria.

Este Ocidente igualmente hipócrita, este Ocidente fortemente capitalista e capitalizador, este Ocidente tão pouco cristão nos atos e tão personalista nas ações, este Ocidente também tem a classe da miséria dentro dele. E este Brasil, com o seu analfabetismo, a sua miséria em tornacensura, a verminose combatida no papel e não no intestino do brasileiro, este Brasil também tem muita miséria.

Mas fazer com que somente a Câmara pense em miséria, isto é fazer com que o Brasil se torne sempre mais doador de esmolas e não produtor de riquezas. E doador de esmolas a gente pode fazer com o supérfluo, mas não pode fazer quando não se tem um vintém ou um tostão produzido para fazer a esmola, tirar o Brasil da miséria com esmolas. Isto é tão ilógico como acabar com o esmolar na porta da igreja e que é até uma prática permitida no mundo cristão.

Esta Casa fará o Brasil produzir mais e melhor, ou não? Encontraremos petróleo no Brasil, ou não? Até aqui não o temos encontrado? Teremos forças para defender o Brasil contra as potências ideologicamente constituídas ou monetariamente fortalecidas? Temos tido até hoje. Quanto tempo, entretanto, durará essa nossa fortaleza? Durará até o dia em que pudermos fazer prevalecer a fortaleza territorial, até o dia em que a nossa produção agro-pecuária estiver forte e bem orientada.

Deplorável é para nós, que vivemos nesta hora, verificar que o produto brasileiro mais conceituado no mundo está em frágil declínio monetário e produtor. É triste constatarmos que o centro e o sul do Brasil que há tantos anos se fortaleciam com a exploração e exportação das matas estejam agora definhando e produzindo pequenas dúzias de caríssimas tábuas, nem suficientes para fazer o rancho desse miserável brasileiro e muito menos ainda suficientes para fazer com que alguma divisa apareça para uma Pátria exaurida.

Estamos, entretanto, enganando-nos a nós próprios, com a mudança de rubricas de exportação. Estamos começando a exportar algumas coisas da nossa indústria, sempre esporadicamente, nunca com constância. Os te-

cidos já tiveram o seu aito, já tiveram as seus baixos e continuam rastejando na produção de divisas para o Brasil. A indústria de autoveículos está aí querendo exportar e não achando quem receba, porque para importar mercadorias brasileiras o mercado sul-americano possui as mesmas barreiras aduaneiras que nós temos para com os produtos das outras nações. Vamos rastejando também por aí no mercado exterior, bem notado seja isto.

Borracha não temos mais nem para a metade, ou melhor dito, tem-a somente para a terça parte da necessidade nacional, malgrado o esforço de alguns homens na Bahia Espirito Santo e São Paulo, que só agora entenderam de plantar borracha para abastecer a Nação e amanhã no futuro de nossos netos, talvez poderemos novamente exportar borracha para as nações que hoje nos estão mandando as mudas de borracha para a nossa Pátria. Mas por onde vamos começar, então, para chegar ao fim? Justamente por fortalecer aquele brasileiro que é o grande mercado interno, em cujas trincheiras nos estamos fortalecendo. Queremos hoje fazer a nossa economia girar em torno do mercado interno, mas precisamos de máquinas e, notadamente de reaprestamento de indústrias cognominadas básicas no Brasil com petrechos e máquinas que ainda têm de vir do exterior, e não podemos trazê-los porque não temos divisas.

Srs. Deputados, se, nos meses de outubro e novembro, não aproveitarmos e cerrarmos fileiras neste plenário, tão vibrátil e tão vibrante, como é bom que seja, em torno de determinadas emendas que a clarividência dos Deputados brasileiros soube apresentar ao Orçamento frio, marmóreo, burocrático, inoperante, rotineiro, mistificado que nos é apresentado pelas repartições respectivas deste Brasil burocratizado em nova classe, então teremos de esperar pouco do próximo governo brasileiro. Que donativo melhor poderíamos dar ao Brasil, neste apagar de luzes de um governo que fez tanto para aparelhar o terreno, de um governo que fez como na guerra se faz com os batalhões de engenharia preparou os picules, preparou os rumos, preparou as direções? Mas agora, se tudo isto não for ocupado pela tropa de ataque que quer ser vitoriosa, então o Brasil não será vitorioso e este Governo verá baldados seus esforços.

Srs. Deputados, venho, com tristeza, do interior do Brasil, onde vi outra vez, o que são os orçamentos das Secretarias de Agricultura. Observei, com horror, o que as Secretarias de Agricultura poderiam fazer, mas não o conseguem num país que as trata piado que se fossem Secretarias de Relações Públicas ou Secretaria de Saúde Pública de um determinado Estado.

O Sr. Oswaldo Zanelo — Nobre Deputado, V. Exa. está, realmente, abordando um dos problemas fundamentais para a economia e o desenvolvimento desta Nação. Os orçamentos das Secretarias de Agricultura — e tenho autoridade para falar porque já fui Secretário da Agricultura do Estado do Espírito Santo — são, em última análise, o espelho do Orçamento da República, relativamente ao setor da produção. Quero dizer a V. Exa., e já o afirmei várias vezes neste plenário, que a culpa de dotações tão pequenas, de percentuais tão insignificantes para o Ministério da Agricultura não é, apenas, do Poder Executivo. Quer-me parecer que a culpa maior é do próprio Congresso Nacional que elabora e vota o orçamento. Não vejo no Congresso Brasileiro autoridade para criticar o Poder Executivo relativamente à ineficiência e à inoperância que se observa no setor da produção nacional, porque este Congresso não tem sabido compreender a sua grave responsabilidade, dotando a Lei do Meio de recursos substanciais para